

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL
I I Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos de
Analista Legislativo – Administrador

Nome do Candidato
Caderno de Prova '01', Tipo 003

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-003

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Maquiavel foi historiador, filósofo e político italiano do Renascimento.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto seguinte.

A favor do tédio

Alguns livros recentes tratam dos malefícios de nossa constante vontade de encontrar diversões. Como sugere o título de um deles (O vício da distração), de Alex Pange, a vontade de se distrair seria uma forma de dependência. Também já li artigos de revista sobre "os surpreendentes benefícios do tédio".

Os livros não me pareceram imperdíveis. E os artigos nas revistas de grande circulação citam pesquisas por ouvir dizer. Mas tanto faz. O conjunto manifesta um novo clima segundo o qual a necessidade de sermos entretidos e estimulados continuamente não tomaria nossa vida mais rica e variada; ao contrário, é possível que essa disparidade empobreça nossa experiência.

Já foi dito por evolucionistas que a sorte de nossa espécie foi sua fraqueza: enquanto passávamos horas a fio escondidos e calados nos arbustos, esperando as feras passarem, a imobilidade e o tédio forçados produziram o surgimento da consciência, do pensamento e da fantasia. Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação? O que é mais "educativo" para as crianças? A diversão? Ou a chance de se entediar?

Umberto Eco atribui ao filósofo Benedetto Croce uma frase que ele cita com frequência: "O primeiro dever dos jovens é o de se tornar velhos". Esse slogan não tem como ser muito popular numa época em que o primeiro dever dos velhos é o de parecerem jovens. De fato, em nossa época os adultos não ajudam os jovens a envelhecer; eles preferem mantê-los na mesma criança que eles desejam para si.

Certo, é preciso estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo. Mas o problema é que, sem tédio maçante, ninguém, criança ou adulto, consegue inventar para si uma vida interior. E para que serve uma vida interior? Se forem pensamentos aos quais recorreremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar da tal vida interior?

O problema é que há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa. Se não acredita, tente se envolver com as artes, com as amizades ou com o sentimento amoroso levando apenas o ser que você tenha esvaziado. Mesmo entre outras espécies, há lições a observar. Os gatos, por exemplo, são ótimos administradores de seu tédio. Eles sabem se divertir muito bem, quando a ocasião se apresenta, mas também sabem não fazer nada com muita categoria. Nisso, eles batem os cachorros, que sempre parecem aliviados quando finalmente têm algo para fazer.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Aproveitar a vida e suas dores**. São Paulo: Planeta, 2025. p. 159-162)

- O título do texto – *A favor do tédio* – expressa a singular posição do autor, quando ele considera
 - a vontade de se distrair como uma aspiração desejável e legítima dos jovens.
 - a busca obstinada de entretenimento como um empobrecimento de nossas vivências.
 - a diversão sistemática como uma pedagogia positiva a ser aplicada às crianças.
 - o envelhecimento uma das inclinações naturais a ser interiorizada pelos adultos.
 - o lazer programado como uma bem-sucedida experiência de amadurecimento.
- Ao admitir que é preciso *estimular as crianças para que elas se desenvolvam na interação com o mundo* (5º parágrafo), o autor reconhece como um expediente para esse desenvolvimento
 - o combate persistente às experiências tediosas e maçantes.
 - a crítica rigorosa contra os excessos da interiorização.
 - a ocupação permanente do pensamento em coisas objetivas.
 - o aproveitamento do enfado como um fermento da vida interior.
 - o favorecimento das experiências aventurosas e originais.
- Referindo-se à *nossa vida exterior* e à *nossa vida interior* (6º parágrafo), o autor estabelece entre elas uma relação de
 - independência, uma vez que cada uma tem um método próprio de autoafirmação.
 - contiguidade, sendo difícil estabelecer um claro limite entre suas áreas de atuação.
 - complementaridade, quando favorecido um enriquecimento recíproco entre ambas.
 - causalidade, já que toda exteriorização é um efeito da interioridade.
 - suplência, pois a falta de uma pode ser contornada pela afirmação da outra.

4. Se forem pensamentos aos quais recorremos quando não temos nada para fazer, não é mais simples a gente se manter ocupado e não precisar de tal vida interior?

O período acima manterá seu sentido básico e sua correção gramatical caso se substituam os dois elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) dos quais nos valemos – dispensar
 (B) pelos quais socorremos – desfavorecer
 (C) em cujos incorremos – relutar
 (D) a que nos pautamos – excluir
 (E) aonde investimos – impossibilitar
-
5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *os surpreendentes benefícios do tédio* (1^a parágrafo) = os imprevistos ganhos da rotina.
 (B) *citem pesquisas por ouvir dizer* (2^a parágrafo) = glosam estudos de valor irrelevante.
 (C) *Que tal aplicar essa hipótese no campo da educação?* (3^a parágrafo) = É o caso dessa inserção escolástica?
 (D) *levando apenas o ser que você tenha esvaziado* (6^a parágrafo) = conduzindo assim seu vazio original.
 (E) *há lições a observar* (6^a parágrafo) = há casos instrutivos para se considerar.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Atribui-se a um filósofo frases que, parecendo incontestáveis, num contexto diferente acaba por ganhar uma acepção controversa.
 (B) Deriva das argumentações do autor a convicção de que ao tédio cabem operações capazes de resgatar nossas experiências profundas.
 (C) O autor acredita que se reservou ao gato, mas não ao cachorro, propriedades que lhe permite extrair algum prazer dos momentos maçantes.
 (D) Não devem existir entre o prazer da diversão e o momento do tédio uma polarização absoluta, a se crer nas considerações do autor.
 (E) Couberam a evolucionistas desenvolver a ideia de que advieram das fraquezas de antepassados acuados a força da nossa interiorização.
-

7. Numa nova redação da frase *há uma boa parte da vida exterior que, sem vida interior, é totalmente insossa*, agora iniciada por *é totalmente insossa*, uma complementação coerente e correta será:

- (A) a vida interior, na medida em que não parte da vida exterior.
 (B) a vida exterior, uma vez que seja parte da vida interior.
 (C) uma parte da vida exterior, à falta da vida interior.
 (D) uma parte da vida exterior, conquanto lhe falte a vida interior.
 (E) uma parte da vida interior, à medida que lhe falte a vida exterior.
-
8. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:
- (A) O título *O vício da distração* de um livro de Alex Pange, é, ao mesmo tempo, sugestivo e provocador; porquanto contraria o senso comum; imperativo para tantos.
 (B) Para estimular a vida interior na qual se desfruta o prazer das artes, é imprescindível que em certa medida o tédio crie seu espaço – aberto, para as cogitações.
 (C) Tratando-se de um filósofo como Croce há que se estranhar esse seu apelo, para que os jovens logo se tomem velhos descuidando, pois, dos prazeres de sua idade.
 (D) O tédio é uma deficiência do espírito, acreditam alguns; outros, como Alex Pange, combatem a obrigação da distração, na qual identificam mais um vício do que um prazer.
 (E) É notório em nossa época, esse esforço que fazem os adultos, interessados que estão em estimular uma criança generalizada – em vez de apressarem sua maturação.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto seguinte.

[Luzia e a linguagem]

O nome dela pode ser Luzia. Nasceu agora mesmo, no Brasil. Um peso, mas também uma alegria. Se tudo estiver bem com ela, com sua saúde e seu desenvolvimento, a menina vai realizar um pequeno milagre. A partir de dados desorganizados, fragmentados e muitas vezes contraditórios, Luzia vai aprender a falar.

Quando, na vida adulta, ou mesmo ainda na escola, ela for tentar aprender um novo idioma, vai entender que não foi à toa que usei a palavra "milagre" agora há pouco. Aquilo que para uma pessoa adulta, instruída, com acesso a todo tipo de recursos e métodos é uma tarefa complicadíssima, uma criança pequena resolve por conta própria, quase sem dar por isso.

A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie, e somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão de uma geração anterior. Caso seja estritamente necessário, chegamos até a desenvolver um idioma que atenda às necessidades do nosso grupo, como já aconteceu com crianças surdas que, reunidas, desenvolveram como que do zero uma linguagem de sinais todinha delas.

As exigências para este milagre da aquisição de linguagem são até menores do que as relativas a outros campos: nossa menina Luzia pode nascer em condições de violenta pobreza e privação, e, mesmo assim, seu desenvolvimento linguístico vai acontecer. Pode demorar um pouco mais, porém vai acontecer. E se tudo estiver razoavelmente bem, ela vai acabar ganhando o domínio completo do idioma dos seus pais, da sua comunidade, do seu país. Ou, na verdade, sua nova versão dessa língua. Sim, mesmo que Luzia não tenha acesso à educação formal. Nesse caso, é essa variedade do idioma que ela não vai ter no bolso. Mas apenas essa.

Como nasceu no Brasil, é quase certo que esse idioma venha a ser o português. Ele vai ter um papel central na existência de Luzia: será o instrumento que ela vai utilizar para aprender a tomar decisões, conquistar o amor de alguém, alertar um amigo, pedir carinho à mãe, dizer bobagens para um filho... Tudo vai se dar nesse idioma. Nessa coisa variada, colorida, esquisita e maravilhosa que chamamos de língua portuguesa.

(Adaptado de: GALINDO, Caetano W. **Latim em pó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 11-13)

9. O milagre a que se refere o autor no primeiro e no segundo parágrafos do texto consiste em admitir que
- crianças aprendem a falar agregando elementos esparsos do idioma que ouvem.
 - não é fácil para uma criança normal vir a ter domínio absoluto de sua língua.
 - mesmo uma língua estrangeira é assimilada naturalmente por quem a analisa.
 - os elementos contraditórios de uma língua são a chave mestra de sua aquisição.
 - uma língua estrangeira não costuma ser assimilada por quem apenas a ouve.
-
10. A **transmissibilidade** de uma língua entre seus falantes nativos e a sua **adaptabilidade** às necessidades que surgem estão referidas, respectivamente, nestes segmentos:
- a menina vai realizar um pequeno milagre (1º parágrafo) e é uma tarefa complicadíssima (2º parágrafo).
 - tentar aprender um novo idioma (2º parágrafo) e acesso a todo tipo de recursos e métodos (2º parágrafo).
 - A linguagem é algo absolutamente central para a nossa espécie (3º parágrafo) e exigências para este milagre da aquisição de linguagem (4º parágrafo).
 - variedade do idioma que ela não vai ter no bolso (4º parágrafo) e é quase certo que esse idioma venha a ser o português (5º parágrafo).
 - somos muitíssimo competentes em pegar esse bastão (3º parágrafo) e sua nova versão dessa língua (4º parágrafo).
-
11. A aquisição da linguagem falada e seu desenvolvimento linguístico, conforme se lê no 4º parágrafo,
- ocorrem com absoluta independência das condições socioeconômicas de uma criança.
 - são fenômenos diretamente ligados ao nível de escolarização dos iniciantes de um idioma.
 - acontecem de modo natural e em ritmos distintos segundo variem as condições de vida.
 - levam todos os falantes de um idioma a dispor de criatividade no uso de um outro idioma.
 - alcançam a plenitude de seu desempenho se instruídos desde cedo pela educação formal.
-
12. Há adequada correlação temporal entre as formas verbais da seguinte frase:
- Quando Luzia fosse tentar aprender um novo idioma, ela terá entendido porque me vali da palavra milagre.
 - Se for estritamente necessário, podíamos usar uma linguagem inteiramente voltada para as necessidade de nosso grupo.
 - Mesmo que Luzia nascesse em condições precárias, acabará por atingir o domínio completo da linguagem de que precisara.
 - No caso de a menina não passar pela educação formal, apenas esse nível linguagem terá representado um desafio para ela.
 - Se ela não nascesse no Brasil não disporia dos variados e coloridos recursos com que conta a nossa língua.

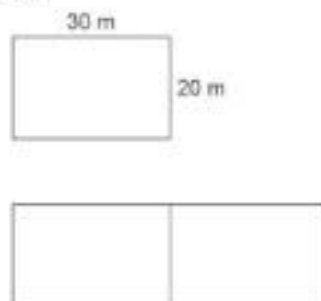
13. Aquilo que para uma pessoa com acesso ao uso de métodos eficazes é uma tarefa que lhe exige muito esforço, uma criança pequena resolve sem dar por isso.

A redação da frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) a quem não faltem – atinar com isso
 (B) de que disponha – lhe notar
 (C) provida em – contar para isso
 (D) sendo acessível a – fazê-lo perceptível
 (E) franqueada no emprego de – torná-lo incluso
-
14. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Se Luzia acessar a educação formal, dominará esse nível de linguagem**, as formas verbais resultantes deverão ser
- (A) estiver acessada – terá dominado
 (B) for acessada – será dominado
 (C) chegar a acessar – a teria dominado
 (D) ter tido acesso – terá sido dominada
 (E) for acessar – tê-la-á dominado
-
15. Justifica-se plenamente o emprego das formas verbais no plural em:
- (A) Não se admitam que a pessoas sensíveis como elas imponham-se o terror de tais filmes.
 (B) Convém a crianças nervosas exporem-se a um surto emocional que tanto as impressionem?
 (C) Caberiam a eles compreender que são fáceis de abalar os inocentes num filme como esse.
 (D) Não se tratem crianças como criaturas que detenham pleno controle de seus nervos.
 (E) De cenas de terror costumam ficar nos meninos muito do realismo que nelas se imprimiram.

Matemática e Raciocínio Lógico

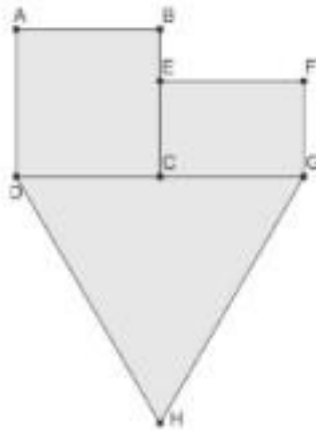
16. Em um bairro, os lotes foram projetados para serem retangulares com medidas 30 m por 20 m. Se dois lotes contíguos forem adquiridos por um mesmo comprador, ele terá um terreno retangular de 60 m por 20 m e precisará de 160 metros de cerca para delimitar sua propriedade, como na figura a seguir:



Paulo adquiriu 7 lotes contíguos. A metragem de cerca que Paulo precisa para cercar sua propriedade é

- (A) 430 m
 (B) 440 m
 (C) 460 m
 (D) 250 m
 (E) 230 m
-
17. Cinco amigos, Ana, Bernardo, Carla, Diego e Ema, vão se posicionar em fila para uma foto. Se Ana e Carla vão se posicionar nos extremos e Ema exatamente no centro da foto, o número de fotos distintas, em relação à posição dos amigos, que poderão ser tiradas é
- (A) 4
 (B) 8
 (C) 2
 (D) 6
 (E) 16

18. O terreno de seu Joaquim está representado na figura. O terreno é formado por três lotes, sendo um quadrado ABCD, em que todos os lados têm mesma medida, um retângulo EFGC e um triângulo equilátero, DGH, que também tem todos os lados de mesma medida. Seu Joaquim sabe que o lado do quadrado mede 30 metros, que a medida do lado do triângulo é o dobro da medida do lado do quadrado e que a medida de EC é o dobro da medida de BE.

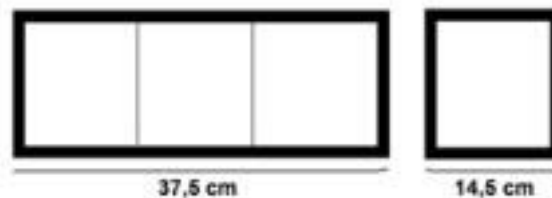


A quantidade de cerca, em metros, que seu Joaquim deve comprar para delimitar seu terreno é

- (A) 220 m
 (B) 230 m
 (C) 200 m
 (D) 240 m
 (E) 180 m
-
19. Os pontos A, B, C e D estão, nessa ordem, em uma reta. Sabe-se que a distância entre A e B é $\frac{1}{5}$ da distância entre B e D; e que a distância entre A e C é $\frac{7}{11}$ da distância entre C e D. A razão entre as distâncias de A até B e B até C é

- (A) $\frac{5}{3}$
 (B) $\frac{3}{4}$
 (C) $\frac{24}{7}$
 (D) $\frac{22}{7}$
 (E) $\frac{7}{22}$

20. Uma loja vende porta-retratos para uma, duas ou três fotografias de mesmo tamanho. As molduras para os três tamanhos de porta-retratos têm a mesma largura. O porta-retratos para três fotos tem largura 37,5 cm e o porta-retratos para uma foto tem largura de 14,5 cm, como na figura a seguir:



A largura do porta-retratos para duas fotos é

- (A) 24 cm
 (B) 25 cm
 (C) 27 cm
 (D) 28 cm
 (E) 26 cm

Noções de Direito Constitucional

21. Com relação aos direitos sociais, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- o aposentado filiado tem direito a votar, mas não a ser votado nas organizações sindicais.
 - é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - é permitida a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
 - é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
-
22. Fernando, dono de uma propriedade rural onde vive com a sua família, possui uma dívida que está sendo cobrada pelos credores. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, a propriedade de Fernando
- só não será objeto de penhora se for considerada pequena de acordo com a lei, se for trabalhada pela família e se o débito for decorrente de sua atividade produtiva.
 - não será objeto de penhora apenas se for trabalhada pela família, independentemente de seu tamanho.
 - não será objeto de penhora, pois todas as propriedades rurais, independentemente de seu tamanho, são impenhoráveis.
 - será objeto de penhora, ainda que essa propriedade seja considerada pequena de acordo com a lei, seja trabalhada pela família e que o débito seja decorrente de sua atividade produtiva.
 - só não será objeto de penhora se for considerada grande de acordo com a lei e se a renda da família provier da atividade rural nela realizada.
-
23. Matt, filho de canadenses, nasceu no Brasil quando seus pais estavam a serviço da Venezuela e pretende, um dia, seguir carreira diplomática no Brasil; Ana Paula, filha de pai brasileiro e mãe chilena, nasceu na Espanha quando seu pai lá estava a serviço do Brasil e pretende, um dia, ser Ministra de Estado de Defesa no Brasil; Ralph, filho de ingleses, nasceu no Brasil quando seus pais aqui estavam passando as férias e pretende, um dia, ser Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil. Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderão seguir as carreiras pretendidas apenas Matt e Ralph, caso se naturalizem brasileiros.
 - nenhum dos três é brasileiro nato, porém poderá seguir a carreira pretendida apenas Ralph, caso se naturalize brasileiro.
 - Matt, Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e os três poderão seguir as carreiras pretendidas.
 - apenas Ana Paula e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
 - apenas Matt e Ralph são brasileiros natos e podem seguir as carreiras pretendidas.
-
24. Considere as seguintes situações hipotéticas:
- Marlene, 35 anos, estreou na política nas últimas eleições ao Governo do Estado como Vice-Governadora do Estado "X", tendo sucedido o Governador eleito, que ao cargo renunciou. Marlene pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
 - Leonardo, 34 anos, atual Prefeito de uma cidade situada no Estado "Y", pretende se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do mesmo Estado.
 - Keith, 30 anos, sobrinha do atual Presidente da República do Brasil, pretende entrar no mundo da política e se candidatar, nas próximas eleições que ocorrerão em outubro de 2026, ao Governo do Estado onde reside.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações, Marlene poderá ser eleita Governadora do Estado "X" nas próximas eleições e, sendo eleita em 2026,
- poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
 - poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
 - poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.
 - não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até quatro meses antes do pleito; e Keith é inelegível para o cargo pretendido, dado seu parentesco com o Presidente da República do Brasil.
 - não poderá ser reeleita em 2030; Leonardo, para concorrer ao Governo do Estado "Y", deve renunciar ao seu mandato até seis meses antes do pleito; e Keith não é inelegível para o cargo pretendido.

25. Com relação aos partidos políticos, em conformidade com a Constituição Federal de 1988,
- os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
 - os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
 - os partidos políticos devem aplicar obrigatoriamente 30% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
 - dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
 - somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos cinco Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
-
26. A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; e de
- mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta somente na mesma sessão legislativa.
 - pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, por três quintos de seus membros; ou, ainda, do Ministério Público, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - pelo menos metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, em dois turnos, por três quintos de seus membros, sendo que se a emenda for rejeitada, a matéria constante da proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa nem na sessão legislativa subsequente.
-
27. Com relação às funções essenciais à justiça, considere:
- O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
 - Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma em
- III, apenas.
 - II e III, apenas.
 - I e II, apenas.
 - I e III, apenas.
 - I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

28. A organização administrativa descentralizada da Administração Pública pressupõe que podem integrá-la
- pessoas jurídicas de direito público com personalidade jurídica própria, como fundações, autarquias e empresas estatais prestadoras de serviço público, sem vínculo de hierarquia em relação à Administração Central.
 - pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público, vinculadas hierarquicamente à Administração Central quando desempenham suas atividades sem finalidade lucrativa.
 - pessoas jurídicas de direito público, com possibilidade de auferimento de receitas próprias, sujeitas a controle finalístico da Administração Central, à qual não se vinculam hierarquicamente.
 - órgãos públicos como centros de competências e atribuições de interesse público, dotados de personalidade jurídica de direito público e, como tal, sujeitos à hierarquia da Administração Central.
 - órgãos sem personalidade jurídica própria, mas autônomos, não sujeitos hierarquicamente à Administração Central.

29. A decisão emitida pelo diretor presidente de uma autarquia estadual que indeferiu a outorga de exploração de recursos hídricos por uma empresa privada
- (A) está obrigatoriamente sujeita a recurso dirigido ao Chefe do Executivo, por não se caracterizar, formal e materialmente, como ato administrativo, natureza restrita aos atos praticados pela Administração Direta.
 - (B) expressa o exercício de poder regulamentar delegado, desprovida da natureza de ato administrativo, este que qualifica apenas decisões proferidas pela Administração Indireta.
 - (C) tem natureza de ato administrativo discricionário, este que, como tal, sujeita-se a controle externo de mérito pelo Chefe do Executivo e de legalidade pelo Poder Judiciário.
 - (D) não pode ser objeto de revisão, tampouco de questionamento judicial, tendo em vista que o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário limita-se aos atos administrativos vinculados.
 - (E) tem natureza jurídica de ato administrativo emitido por entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, passível de recurso ao Chefe do Executivo se a lei que instituiu o ente trouxe previsão expressa nesse sentido.
-
30. O poder de polícia pode ser exercido por agentes públicos das diversas esferas, caracterizando-se
- (A) como indelegável, quando se tratar de exercícios de atribuições próprias da Administração Pública federal.
 - (B) como delegado, quando praticado por agentes públicos municipais, pois decorre das competências centrais atribuídas constitucionalmente para a Administração Pública Federal.
 - (C) pela necessidade de previsão legal, ainda que alguns aspectos relacionados ao seu exercício sejam de natureza discionária.
 - (D) pela natureza vinculada expressa nos atos concretos, não se admitindo discricionariedade em atos que contemplem restrições de direitos de administrados.
 - (E) como atípicos, quando praticados com base em atos normativos infralegais autônomos ou quando dotados de discricionariedade, esta que pode suscitar controle judicial que exceda os aspectos de legalidade.
-
31. A celebração de contratos pela Administração Pública pressupõe, como regra, a realização de procedimento de licitação, cuja fase preparatória demanda a elaboração de documentos que demonstrem a adequação e a vantajosidade do objeto e modelo jurídico para alcançar a finalidade de interesse público. Nesse sentido,
- (A) a contratação direta, mediante dispensa de licitação, pressupõe a inviabilidade de competição no mercado, reduzindo a escolha da Administração Pública a uma possibilidade exclusiva.
 - (B) todos os entes que integram a Administração Pública ficam sujeitos à licitação, como princípio e regra geral, admitindo-se a contratação direta, quando por dispensa do certame, nas hipóteses expressamente previstas em lei.
 - (C) a contratação direta, fora das hipóteses previstas em lei, dá lugar à responsabilização objetiva do agente público, nos casos em que tiver havido prejuízo para a Administração Pública.
 - (D) as autarquias e as fundações públicas sujeitam-se à lei própria para disciplina de suas licitações e contratações, não se lhes aplicando o regime jurídico que rege a Administração Direta.
 - (E) a inexigibilidade de licitação se configura excepcionalmente, nas hipóteses expressamente previstas em lei e desde que configure vantajosidade econômica para a Administração Pública em relação ao procedimento de licitação cabível em tese.
-
32. O servidor que desempenha função de assessoramento no âmbito do Gabinete da Secretaria de Saúde de um ente federativo
- (A) deve, necessariamente, ter se submetido a concurso público, pois desempenha atribuições de confiança e, como tal, típicas de cargo efetivo.
 - (B) pode ter sido contratado para ocupar emprego público permanente ou de confiança, caso tenha se submetido a procedimento simplificado de seleção.
 - (C) deve ter sido investido em cargo público efetivo, tendo em vista que apenas servidores públicos dessa categoria são admitidos na Administração Direta.
 - (D) pode ter sido nomeado para cargo em comissão de livre provimento e criado por lei, o que não exige aprovação em concurso público.
 - (E) pode ter sido nomeado para cargo de confiança, cujo regime é celetista e dispensa prévia submissão a concurso público.

33. A responsabilidade civil do Estado pode ser excluída quando, no caso concreto,
- (A) não for possível evidenciar o nexo de causalidade entre a ação ou omissão de agente público e os danos causados a terceiros, a exemplo da hipótese de culpa exclusiva da vítima.
 - (B) se tratar de responsabilidade objetiva e for possível afastar o dolo do agente público que tenha causado danos a terceiros.
 - (C) se estiver diante de ato omissivo de agente público, pois a responsabilidade do estado pressupõe culpa ou dolo, que só podem se materializar por meio de atos comissivos.
 - (D) tiver havido culpa exclusiva da vítima, pois essa situação exclui o dolo do agente público, elemento indispensável para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.
 - (E) o agente público que causou os danos estivesse no regular exercício de suas funções e tenha se evidenciado o prejuízo exclusivamente em decorrência de culpa do mesmo.
-
34. As empresas estatais distinguem-se, quanto a seu regime jurídico, das autarquias, pois
- (A) podem contratar servidores pelo regime celetista ou estatutário, conforme seu objeto social tenha por escopo a prestação de atividades econômicas ou de serviços públicos, respectivamente.
 - (B) as autarquias dependem da Administração Direta para seu custeio e administração, enquanto as empresas estatais não podem receber recursos financeiros ou bens materiais do ente federado ao qual se vinculam.
 - (C) seu regime de bens é de direito público e seu regime de pagamento de dívidas é o de precatórios, mas seu patrimônio pode ser penhorado para garantia de dívidas perante outros entes federados.
 - (D) a execução de suas atividades ou serviços se dá com finalidade lucrativa, o que não é compatível com a natureza jurídica de direito público a que se sujeitam as autarquias.
 - (E) constituem pessoas jurídicas e, portanto, têm personalidade jurídica própria, enquanto as autarquias são órgãos públicos sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável à Administração Pública Direta.
-

Legislação Institucional

35. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, dentre outras hipóteses, compete privativamente à Assembleia Legislativa
- (A) suspender, se declarar procedente a acusação, nos crimes comuns e de responsabilidade, o exercício do mandato do Governador do Estado, e afastar os Secretários de Estado, não podendo, entretanto, destituir nenhum deles, ainda que tenham sido condenados definitivamente.
 - (B) aprovar convenções e ajustes de que o Estado seja parte e ratificar os que, por motivo de urgência e no interesse público, foram efetivados sem prévia aprovação.
 - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado exclusivamente em operações de créditos internos.
 - (D) dar posse ao Governador eleito; conhecer de sua renúncia; conceder ao Governador licença sempre que ele se ausentar do País, independentemente do tempo dessa ausência, não sendo necessária a licença para ausentar-se do Estado.
 - (E) fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, do Tribunal de Contas e os da administração indireta, não sendo, entretanto, competente para escolher os membros do Tribunal de Contas do Estado.
-
36. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, essa Constituição
- (A) poderá ser emendada por proposta: do Governador do Estado; de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa; ou de um terço das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
 - (B) poderá ser emendada por proposta, dentre outros, de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, sendo que a matéria constante em proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de proposta na mesma sessão legislativa.
 - (C) poderá ser emendada, dentre outros, por proposta do Governador do Estado, sendo que a proposta de emenda será discutida e votada em único turno, considerando-se aprovada se obtiver três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
 - (D) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estado de defesa, podendo, porém, ser emendada em estado de sítio, por discricionariedade do Governador.
 - (E) não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, sendo que a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia Legislativa.
-

37. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, considere:
- I. A prática de um crime comum pelo Procurador-Geral do Estado.
 - II. Os mandados de injunção, quando a ausência de norma regulamentadora de competência da Mesa da Assembleia Legislativa tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - III. Os mandados de segurança contra ato da Mesa da Assembleia Legislativa.
- É da competência do Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
38. Com relação à eleição da Mesa Diretora, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 65/08),
- (A) quando da eleição da Mesa Diretora, observar-se-á o seguinte: presença da maioria dos deputados; registro de chapas ou de candidato individual ou avulso, ou indicados pelas Bancadas; chamada, dos deputados, pelo 1º Secretário, para exercício do voto; recebimento, pelo 2º Secretário, da folha de votação utilizada pelo Deputado.
 - (B) a eleição dos membros da Mesa Diretora será feita por votação nominal e secreta, considerando-se eleita a chapa ou o candidato individual ou avulso que obtiver a maioria absoluta dos votos.
 - (C) o nome do Deputado não poderá figurar em mais de uma chapa apresentada, ainda que esteja concorrendo ao mesmo cargo eletivo, por expressa vedação do referido Regimento Interno.
 - (D) cumpridas as exigências previstas no referido Regimento Interno, o Presidente solicitará ao 2º Secretário que proceda à chamada nominal dos deputados, por Bancada, para votação, sendo os membros da Mesa Diretora chamados no início, observada a ordem hierárquica decrescente.
 - (E) sobre qualquer irregularidade verificada caberá recurso ao Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos, devendo, esse recurso, ser interposto exclusivamente pelo líder do partido a que pertencer o candidato que se julgar prejudicado, não podendo ser proposto pelo próprio candidato.
-
39. Astolfo exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições que, desempenhadas nas posições hierárquicas mais elevadas do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de dirigir, controlar equipes, processos e projetos". Matilda exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições que, desempenhadas na posição hierárquica mais elevada de unidade administrativa integrante da estrutura organizacional do Poder Legislativo, dizem respeito ao cumprimento de atividades de gerenciar, coordenar, controlar equipes, processos e projetos". Cleonice exerce cargo em comissão que compreende o "conjunto de atribuições concernentes à aptidão para auxiliar, em razão de determinado conhecimento ou qualificação, na execução de atividades legislativas e administrativas". De acordo com a Lei nº 6.278/2024 (Estatuto dos servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), para fins dessa lei, Astolfo, Matilda e Cleonice exercem, respectivamente, os cargos de
- (A) chefia, assessoramento e direção.
 - (B) chefia, direção e assessoramento.
 - (C) direção, assessoramento e chefia.
 - (D) direção, chefia e assessoramento.
 - (E) assessoramento, chefia e direção.
-
40. Para efeitos da Lei nº 6.279/2024 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul), considera-se:
- (A) Desenvolvimento: possibilidade de crescimento do servidor nas referências e classes de um cargo, estimulando seu desenvolvimento profissional e pessoal, de forma a contribuir para a melhoria contínua dos resultados e para a consecução dos objetivos estratégicos da administração pública.
 - (B) Descrição e especificação de cargos: registro das atribuições cometidas ao servidor as quais agregam valores à organização, e dos requisitos essenciais para o provimento dos cargos.
 - (C) Carreira: processo de crescimento profissional e pessoal do servidor, caracterizado pela aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes e o consequente aprimoramento de seu desempenho funcional.
 - (D) Cargo em comissão: cargo de confiança de provimento transitório e de livre nomeação e exoneração nos termos da Constituição Federal, podendo ele recair somente sobre servidor do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul, de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
 - (E) Promoção vertical: mudança do servidor de uma referência de vencimento para o imediatamente subsequente na mesma classe do cargo que ocupa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. A noção de adaptação contínua da organização ao meio ambiente e da sua necessidade de ajuste interno às características deste ambiente para escapar da entropia complementa a teoria de sistemas abertos e é compreendida pela escola do pensamento
- (A) burocrático.
(B) científico.
(C) clássico.
(D) contingencial.
(E) humanista.
-
42. Para cumprir as funções administrativas, o administrador desempenha, segundo Mintzberg, papéis específicos divididos em categorias, das quais a categoria interpessoal requer um papel de
- (A) negociação.
(B) representação.
(C) monitoração.
(D) disseminação.
(E) porta-voz.
-
43. Sobre a Teoria dos Custos de Transação, fundamentada em Williamson (1975), considere:
- I. As partes envolvidas em uma transação econômica são intencionalmente racionais, mas apenas de modo limitado.
II. Os investimentos específicos operacionalizados na forma de intensidade de capital aumentam a probabilidade de uma transação ser internalizada.
III. O principal pressuposto comportamental considera que os atores econômicos envolvidos em uma transação comportam-se de forma isenta.
IV. A forma de governança de mercado reúne as partes para uma transação sob o controle hierárquico de terceiros que mantém todos os envolvidos numa transação informados de seus direitos e responsabilidades.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) II e IV.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) I e III.
-
44. Para DiMaggio e Powell (1983), o processo de isomorfismo institucional nas organizações tem como principal direcionador a busca por
- (A) profissionalização.
(B) inovação tecnológica.
(C) legitimação.
(D) aumento de produtividade.
(E) eficiência técnica.
-
45. Considere a seguir a tipologia cultural de Quinn e as tendências de atuações dos líderes:

Tipologia Cultural		Líderes	
I	Grupel	W	Idealistas e futuristas
II	Inovativa	X	Conservadores e cautelosos
III	Hierárquica	Y	Orientados aos objetivos e diretivos
IV	Racional	Z	Participativos e considerativos

A correta correlação entre a tipologia cultural e as atuações dos líderes é:

- (A) I-Y - II-W - III-X - IV-Z.
(B) I-W - II-Z - III-Y - IV-X.
(C) I-Y - II-Z - III-W - IV-X.
(D) I-X - II-Y - III-Z - IV-W.
(E) I-Z - II-W - III-X - IV-Y.
-
46. Riscos moderados, responsabilidade pessoal e *feedback*, de acordo com a teoria das necessidades de McClelland, motivam um trabalhador com alta necessidade de
- (A) compensação.
(B) liderança.
(C) poder.
(D) associação.
(E) realização.

47. Um vendedor negocia a venda de materiais de escritório com pagamento em 90 dias, mas o departamento de crédito rejeita o cliente devido ao seu histórico de inadimplência. Vendedor e gerente de crédito buscam uma solução que permita fechar o negócio sem aumentar demasiadamente o risco e concordam em exigir uma garantia bancária do cliente para consolidar o negócio. Nesse caso, vendedor e gerente de crédito se valeram na negociação, segundo Robbins, da abordagem de barganha:
- (A) Regulativa.
 - (B) Integrativa.
 - (C) Distributiva.
 - (D) Evasiva.
 - (E) Coercitiva.
-
48. Segundo Robbins, a alocação estratégica de papéis, alinhada a competências e preferências, é importante para o desempenho de uma equipe. Desse modo, um dos papéis desempenhados em uma equipe é o de "conselheiro", cujo estilo é
- (A) estimular a busca de informações adicionais.
 - (B) defender as ideias depois de iniciadas.
 - (C) oferecer ideias criativas.
 - (D) oferecer análises profundas das opções.
 - (E) examinar os detalhes e manter as regras.
-
49. Subjacente à definição de cultura organizacional de Schein, a camada mais invisível da cultura organizacional que tende a ser compartilhada inconscientemente refere-se a
- (A) heróis e sagas.
 - (B) artefatos e criações.
 - (C) pressupostos básicos.
 - (D) valores e normas declaradas.
 - (E) ritos e rituais.
-
50. De acordo com o modelo de mudança organizacional de Kotter (1995), todas as etapas devem ser aplicadas em uma sequência lógica para que a mudança seja implementada, onde a última etapa consiste em
- (A) comunicar a visão da mudança.
 - (B) estabelecer um senso de urgência.
 - (C) criar uma coalizão administrativa.
 - (D) estabelecer novos métodos na cultura.
 - (E) desenvolver uma visão estratégica.
-
51. A manipulação da informação pelo emissor para que a mensagem seja interpretada de maneira mais favorável pelo receptor é um tipo de barreira para a comunicação denominada:
- (A) Filtragem.
 - (B) Glossofobia.
 - (C) Percepção adaptativa.
 - (D) Sobrecarga.
 - (E) Contágio emocional.
-
52. A teoria do caminho-objetivo estabelece que cada estilo de liderança relaciona-se com algumas variáveis situacionais que moderam a relação entre o estilo adotado e sua eficácia. Sendo assim, quando a tarefa não for rotineira e houver a necessidade de minimizar ambiguidades de função, o estilo de liderança a ser adotado é o estilo
- (A) coercitivo.
 - (B) apoiador.
 - (C) diretivo.
 - (D) participativo.
 - (E) realizador.
-
53. Dentre as variáveis dependentes que a teoria motivacional da equidade encarrega-se de explicar, seu ponto fraco recai na previsão das assimetrias de
- (A) hierarquização.
 - (B) satisfação.
 - (C) absenteísmo.
 - (D) rotatividade.
 - (E) produtividade.
-
54. A analista de um órgão público está projetando um processo que verificará as aplicações e as emissões de determinadas requisições dos usuários do serviço. Sabe-se que o número de requisições previstas para serem processadas será de 480 unidades, por semana, e o tempo disponível para processar essas requisições será de 40 horas semanais. Dessa forma, o processo deverá ser capaz de lidar com uma requisição completa a cada I minutos.
- Preenche corretamente a lacuna I:
- (A) 3
 - (B) 2
 - (C) 8
 - (D) 5
 - (E) 7

55. Diferentes características entre variedade-volume influenciam o tipo de processo de serviço a ser desenhado. Em uma situação cuja característica do serviço apresenta baixa variedade e alto volume, requer um tipo de processo de serviços:
- (A) por especificações.
 - (B) em massa.
 - (C) por tarefas.
 - (D) em lotes.
 - (E) por projeto.
-
56. A renúncia espontânea de uma empresa a uma vantagem competitiva de sua concorrente, sem acordo formal, com o objetivo de reduzir a rivalidade no setor configura-se em uma conduta de
- (A) competição predatória.
 - (B) infração antitruste.
 - (C) cooperação tácita.
 - (D) aliança estratégica.
 - (E) diferenciação.
-
57. De acordo com a análise de cadeia de valor de Porter, o conceito que descreve as interligações entre as atividades de uma empresa e as realizadas pelos seus fornecedores e canais, gerando influência mútua nos custos e no desempenho, denomina-se:
- (A) Vantagens comparativas.
 - (B) Competição restrita.
 - (C) Escopo horizontal.
 - (D) Escalas limitadas.
 - (E) Elos verticais.
-
58. Uma das etapas para elaboração do *Balanced Scorecard* (BSC) perpassa pela análise das cinco forças competitivas de Porter. Do ponto de vista dos "novos entrantes", a "perspectiva dos processos internos" pode acarretar o seguinte impacto:
- (A) Exigir melhorias na eficiência operacional.
 - (B) Alterar o objetivo de crescimento das vendas.
 - (C) Representar a perda de talentos.
 - (D) Exigir o domínio de novas competências.
 - (E) Impor mudanças na proposta de valor.
-
59. A análise SWOT é uma das ferramentas utilizadas para formular políticas no planejamento estratégico. A inter-relação entre os diagnósticos ambiental e organizacional contribui com o direcionamento estratégico da empresa. Portanto, a adoção de uma abordagem política defensiva decorre de um diagnóstico em que há o predomínio de
- (A) forças e fraquezas.
 - (B) oportunidades e forças.
 - (C) oportunidades e fraquezas.
 - (D) ameaças e forças.
 - (E) ameaças e fraquezas.
-
60. Os tipos de controle podem ser configurados a partir dos níveis organizacionais. Desse modo, são tipos de controle tático os
- (A) retornos sobre os investimentos.
 - (B) setores como centros de lucro.
 - (C) indicadores de desempenho individuais.
 - (D) demonstrativos financeiros horizontais.
 - (E) índices de eficiência e de produtividade.
-
61. O modelo de conversão de conhecimento, baseado em Nonaka e Takeuchi (1997), em que a relação entre conhecimento tácito e explícito se caracteriza por um processo de compartilhamento que ocorre por meio de observação, imitação ou prática denomina-se:
- (A) Reconfiguração.
 - (B) Adaptação.
 - (C) Internalização.
 - (D) Externalização.
 - (E) Socialização.
-
62. A gestão da carreira de uma empresa que visa reter pessoas através do desenvolvimento interno, do estímulo à lealdade e da definição de critérios de ascensão, de modo a manter a empresa a longo prazo, enquadra-se, na tipologia de Sonnenfeld (1989), em uma empresa do tipo:
- (A) Companhia de Teatro.
 - (B) Clube.
 - (C) Fortaleza.
 - (D) Universidade.
 - (E) Time de beisebol.

-
63. O "efeito halo" é uma das desvantagens do método de avaliação de desempenho
- (A) por objetivos.
 - (B) de pesquisa de campo.
 - (C) da escolha forçada.
 - (D) de escalas gráficas.
 - (E) dos incidentes críticos.
-
64. O processo administrativo de Planejamento formula os objetivos da organização e os estabelece em uma hierarquia, a qual os objetivos maiores impõem-se sobre os específicos. Portanto, no nível hierárquico mais específico, estão
- (A) as normas.
 - (B) os programas.
 - (C) as políticas.
 - (D) as diretrizes.
 - (E) as metas.
-
65. Na tipologia das configurações organizacionais de Mintzberg (2003), a parte chave da organização que exerce mais influência na configuração do tipo "Burocracia Profissional" é a
- (A) Linha intermediária.
 - (B) Tecnoestrutura.
 - (C) Unidade operacional.
 - (D) Cúpula estratégica.
 - (E) Assessoria de apoio.
-
66. A Estrutura Analítica do Projeto (EAP), de acordo com o PMBOK, é um dos principais resultados do ciclo de planejamento. Em sua estrutura hierárquica, o componente de nível mais baixo é denominado:
- (A) Atividade.
 - (B) Marco do projeto.
 - (C) Pacote de trabalho.
 - (D) Grupo de processos.
 - (E) Subprojeto.
-
67. Um gestor administrativo precisa tomar uma decisão. Ao receber um relatório da sua equipe, constatou que a situação diagnosticada, fundamentada no modelo de Choo (2003), possui a seguinte conclusão:
- Resumo da situação:
- Ambiguidade/conflicto sobre objetivos: BAIXA.
 - Incerteza técnica: ALTA.
- Diante dessa situação e fundamentação, o modelo de tomada de decisão mais adequado a ser utilizado é o modelo
- (A) processual.
 - (B) retroativo.
 - (C) racional.
 - (D) político.
 - (E) anárquico.
-
68. Davenport (2018) argumenta que a vantagem competitiva de uma empresa ocorre no campo da competição analítica. Sendo assim, ele propõe um roteiro para se tornar um competidor analítico, em que o fator crítico do terceiro estágio consiste em
- (A) evitar a complacência dos líderes e executivos e solidificar processos com o objetivo de monitorar o ambiente externo e captar qualquer sinal de mudança.
 - (B) possuir dados transacionais de qualidade disponíveis e conseguir conquistar o apoio da gerência executiva.
 - (C) dedicar atenção suficiente para gerir as mudanças culturais e organizacionais.
 - (D) definir um conjunto de indicadores de desempenho alcançável e construir os processos a fim de monitorar o progresso.
 - (E) desenvolver uma série de sucessos localizados e coletar os dados sobre os resultados para adquirir experiência e angariar mais apoio.
-

69. Na Ecologia Populacional de Hannan e Freeman, quando organizações similares competem num mesmo nicho até a saturação, a mortalidade supera a fundação, eliminando as organizações menos aptas. Este princípio de exclusão competitiva, derivado da biologia e aplicado às organizações, é denominado:
- (A) Heteromorfismo causal.
 - (B) Princípio de Gause.
 - (C) Assimetria informacional.
 - (D) Dependência de trajetória.
 - (E) Lógica de adequação.
-
70. O "tipo ideal" weberiano de dominação associado à administração pública burocrática denomina-se:
- (A) Simbólica.
 - (B) Despótica.
 - (C) Carismática.
 - (D) Tradicional.
 - (E) Racional-legal.
-
71. Um papel muito importante será exercido pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização (CMO). É nela que se analisam os projetos de lei enviados pelo poder I, que se tornarão os futuros PPA, LDO e LOA.
- Preenche corretamente a lacuna **I**:
- (A) Judiciário ao poder Legislativo.
 - (B) Executivo ao poder Legislativo.
 - (C) Legislativo ao poder Judiciário.
 - (D) Judiciário ao poder Executivo.
 - (E) Executivo ao poder Judiciário.
-
72. Para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, precisam ter sido constituídas e estarem em funcionamento regular há, no mínimo,
- (A) 3 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 4 anos.
 - (D) 1 ano.
 - (E) 2 anos.
-
73. Na situação em que o ciclo de tomada de decisão de determinada política pública envolve complexidade, onde o elemento político sobressai em relação ao elemento técnico, as condições cognitivas do modelo de decisão incremental, proposto por Charles Lindblom, são de
- (A) aprendizagem.
 - (B) certeza.
 - (C) parcialidade.
 - (D) incerteza.
 - (E) ambiguidade.
-
74. A principal diferença entre o modelo de concessão pública aplicada às Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o modelo comum de concessões de 1995 consiste em que, para contratos estabelecidos sob o regime das PPPs, há
- (A) vinculação jurídica direta entre a administração pública e os empregados dos parceiros privados com o intuito de gerar estabilidade à mão de obra empregada.
 - (B) redução do prazo máximo contratual para 10 anos com o objetivo de reduzir o tempo do retorno dos investimentos.
 - (C) obrigatoriedade de formação de um consórcio de, pelo menos, três empresas privadas para a execução do objeto contratual.
 - (D) isenção de qualquer estudo técnico prévio para gerar maior agilidade e segurança aos investidores.
 - (E) contraprestação pecuniária periódica paga pela própria administração pública para assegurar um retorno mínimo aos investidores.

75. Sobre governança na administração pública, considere:
- I. Refere-se às condições materiais para o exercício do poder e à legitimidade do Estado e de seu Governo.
 - II. É a autoridade política estatal, compreendida como a capacidade de unir os diversos interesses sociais e convertê-los para um objetivo comum.
 - III. Consiste na capacidade do governo de planejar e executar as políticas públicas de forma eficaz e socialmente representativa.
 - IV. Os servidores públicos são o principal recurso para a elaboração e execução das políticas governamentais e a representação estatal perante a sociedade e o mercado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e IV.
-
76. Compreender as modalidades de licitação é fundamental tanto para os gestores públicos quanto para as empresas que participam de uma licitação. Nesse sentido, a modalidade em que os fornecedores apresentam a proposta antes da verificação da habilitação denomina-se:
- (A) Procuração.
 - (B) Pregão.
 - (C) Concorrência.
 - (D) Tomada de preços.
 - (E) Convite.
-
77. A primeira geração do modelo de agência reguladora no Brasil, criada entre os anos de 1996 e 1997, tinha como principal motivação:
- (A) Centralizar o poder decisório e orçamentário do setor regulado na iniciativa privada, com o objetivo de aumentar a efetividade.
 - (B) Alcançar a flexibilidade administrativa além da existente na estrutura do serviço público.
 - (C) Transferir parcialmente a culpa para o regulador, decorrente de medidas políticas impopulares de determinado setor.
 - (D) Promover a credibilidade regulatória através da estabilidade das regras do setor, como forma de prevenção às ações políticas oportunistas.
 - (E) Incentivar os reguladores a se especializarem, com o intuito de diminuírem as incertezas dos resultados de cada setor.
-
78. De acordo com a teoria motivacional de Herzberg, uma política organizacional pautada em excelentes benefícios sociais impulsiona o trabalhador a um comportamento de:
- (A) Desmotivação.
 - (B) Maior motivação.
 - (C) Maior satisfação.
 - (D) Nenhuma satisfação.
 - (E) Nenhuma insatisfação.
-
79. Considerando os conceitos fundamentais da estrutura patrimonial das entidades, é correto afirmar que
- (A) as obrigações com fornecedores para compra de itens que não fazem parte do processo produtivo da entidade são classificadas no patrimônio líquido.
 - (B) um recurso controlado pela entidade somente é reconhecido como ativo se houver certeza de que gerará benefícios econômicos futuros.
 - (C) o passivo representa obrigações presentes da entidade de transferir recursos econômicos como resultado de eventos passados.
 - (D) as ações em tesouraria compõem o ativo não circulante da entidade.
 - (E) os ativos classificados no ativo não circulante devem ter substância física.
-
80. A demonstração dos fluxos de caixa é de grande importância para os usuários das demonstrações contábeis, na medida em que concedem transparência às fontes e aos destinos do dinheiro que transita pela entidade. Nesse sentido, considere que uma entidade realizou as seguintes operações:
1. pagamento a investidores para resgatar ações da entidade;
 2. compra de uma máquina a ser utilizada no processo produtivo; e
 3. pagamento de férias aos empregados.
- As operações representam, respectivamente, fluxos de caixa de atividades
- (A) (1) de financiamento – (2) de investimento – (3) operacionais.
 - (B) (1) de financiamento – (2) operacionais – (3) de investimento.
 - (C) (1) de investimento – (2) operacionais – (3) operacionais.
 - (D) (1) de financiamento – (2) de financiamento – (3) operacionais.
 - (E) (1) operacionais – (2) de investimento – (3) de financiamento.